

URBANIZAÇÃO E IMPACTO AMBIENTAL DO BAIRRO INDUSTRIAL

SANTOS, Alex Alves Oliveira
alexalves15@gmail.com

TAVARES, Jorge Alberto Vieira
inrodrigues@ig.com.br

AMADO, Tatiana Araújo Ribeiro
tatiamado@yahoo.com

VEGA, Simone Silveira, (Orientadora).
Mestre em Geografia, Professora do Curso de Geografia: Licenciatura Plena da
Universidade Tiradentes.
geografia@unit.br

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de mostrar os impactos ambientais ocorridos no bairro Industrial, a partir do momento que se iniciou o processo de urbanização, visto que antes do seu surgimento o local era constituído por sítios com plantações de árvores frutíferas, onde se destacava a maçaranduba, nome científico (*Pouteria Ramiflora*), árvore que dera a antiga denominação ao local. O bairro Industrial passou a se desenvolver com a implantação de fábricas, possibilitando assim a construção de moradias para os operários, porém mais adiante, ocorre o aparecimento de novas residências, contribuindo nesse caso para o crescimento dos estabelecimentos comerciais. Em 13 de janeiro de 1920, através da Lei municipal nº. 250, o bairro passou a se chamar de “Industrial”, em virtude da grande quantidade de fábricas ali

existentes. Hoje temos no bairro Industrial mais de 15 mil habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo caracterizado por setores comerciais, posto de saúde, escola e um dos mais belos cartões postais da cidade de Aracaju, a orla marítima, que se tornou um dos pontos turísticos da cidade. Todavia, essa evolução foi acompanhada por alguns contrastes ambientais, tais como dejetos e lixos jogados no rio, possivelmente gerados pelas fábricas e pela comunidade, respectivamente.

Palavras-chave: Urbanização, impactos, comunidade, poluição, lixo.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Evolução histórica do bairro industrial

O Bairro Industrial está localizado na zona Norte de Aracaju, limitando-se ao Norte com o Bairro Porto Dantas, ao Sul com o Centro, ao Leste com o Rio Sergipe e ao Oeste com o Bairro Santo Antonio.

Conforme dados extraídos da Secretária de Planejamento (SEPLAN), o bairro Industrial nasceu na antiga Rua Aracajuzinho, hoje conhecido como Tenente Tasso Martins Bezerra.

O local passou a desenvolver-se a partir da implantação da primeira fábrica, “Sergipe Industrial”, conhecida como “fábrica Velha” (conforme figura 01), em que a mesma produzia brim, cetim, bulgariana, algodãozinho e estopa, possibilitando assim a construção de moradias para os operários da fábrica. Em 1904, surgiu a fábrica Ribeiro Chaves, hoje denominada de Confiança, onde até hoje a atividade de fiação e tecelagem. Todavia, junto com ela surgiram novas residências, contribuindo assim para o crescimento dos estabelecimentos comerciais (conforme figura 02).

Ocorre também a ocupação da área por operários das fábricas de indústrias de beneficiamentos de cocos e fibras de trigos e outros estabelecimentos menores. A partir do momento que as fábricas iam surgindo, eram visíveis as invasões, ocasionadas pelos migrantes que vinham de outros locais da cidade em busca de empregos nas mesmas.

“A degradação ambiental a que chegamos despertou o gênero humano, atirando-o contra a espantosa realidade de um planeta limitado e deteriorado pelas várias sociedades que o povoam e exploram. É a vida que está em jogo, e jogo de morte.” (COIMBRA, 2002, p. 27).

Em virtude da grande concentração de fábricas no local, em 13 de Janeiro de 1920, através da Lei municipal nº. 250, o bairro passou a se chamar de “Industrial”, nome que perdura até hoje (conforme figura 3).

Em virtude da quantidade de pessoas oriundas dos diversos lugares de Aracaju, principalmente dos bairros mais periféricos, houve o deslocamento maciço das classes mais abastadas em direção a áreas mais valorizada da cidade, onde as atividades desenvolvidas neste local começaram apresentar sinais de enfraquecimentos.

O charme da orla marítima perdeu sua destinação urbanística, cedendo o lugar a um ambiente degradado e, por conseguinte, às fábricas que marcaram o cotidiano com seus apitos, determinavam o horário de entrada e saída dos funcionários.

Nos anos subseqüentes, o bairro apresentou um avanço bastante significativo nos setores comerciais, saúde, social e econômico. No entanto, em dezembro de 2003, a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) inaugurou um dos mais belos cartões postais da cidade, a Orlinha que se tornou um dos grandes pontos turísticos de Aracaju (conforme figuras 04 e 05).

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 1996, detectou-se que o bairro Industrial constituía uma população de 15 mil habitantes, sendo 8.028 mulheres e 7.116 homens. No que diz respeito ao nível de instrução, o IBGE detectou que a população residente de Cinco anos ou mais idade, alfabetizadas são de aproximadamente 13.979 pessoas, sendo que só 6.182 são alfabetizadas e o restante analfabeto.

Todavia, o bairro Industrial é formado por pessoas de classes sociais distintas, onde pode-se observar miseráveis, residindo em favelas próximas ao Rio Sergipe, como também pessoas com elevado poder aquisitivo.

Hoje observa-se que os moradores do bairro desempenham diversas atividades remuneradas, dentre as quais destaca-se: funcionários públicos, comerciários, militar, taxista, doméstica, professor entre outros, onde a renda familiar varia entre menos de um salário mínimo, assim como outras pessoas que ganham de três até dez salários mínimos.

Não poderíamos deixar de abordar que as fábricas ali instaladas possivelmente são as responsáveis pela poluição do Rio Sergipe, jogando dejetos químicos diretamente no estuário sem nenhum tipo de tratamento prejudicando assim a qualidade da água (conforme figura 06).

Em visita ao local, foi possível detectar o acelerado processo de erosão que o Rio Sergipe vem sofrendo em virtude da retirada da mata ciliar, assim como também a grande sujeira encontrada no rio, tais como sacos plásticos, vidros, cascalhos frascos, etc. (conforme figura 07).

Não podemos esquecer que a própria comunidade por falta de conhecimento ou até mesmo de consciência, contribui para a existência de entulho e lixo doméstico que são lançados no Rio Sergipe (conforme figura 08).

1.2. Tipos de poluição no rio Sergipe

Em entrevista concedida, o morador e pescador Valdisson Souza Silva, 30 anos de idade, relata que as fábricas existentes no bairro Industrial provavelmente são as principais causadoras de grande parte da poluição encontrada no Rio Sergipe, como por exemplo, grande quantidade de fezes sem tratamento que são lançadas através dos canais das fábricas em direção ao rio Sergipe,

assim como também poderemos encontrar produtos de tintas oriundas da fábrica de tecido Confiança. Cumpre lembrar que qualquer tipo de poluição é considerado crime ambiental segundo a Lei municipal 9605/98 no seu artigo nº. 54.

Todavia, em virtude dessa contaminação, a atividade pesqueira fora completamente comprometida, onde se pode observar uma grande diminuição da quantidade de peixe ali existente, que serve de sustento e fonte de renda para os moradores mais carentes da comunidade. Cabe lembrar, que a participação da população para tentar atenuar o volume de poluição existente, é de suma importância, visto que a parte mais prejudicada é a própria comunidade (conforme figura 09).

Infelizmente o que pôde ser observado foi que a própria comunidade contribui para o acúmulo de sujeira, como por exemplo, plástico, papelão, vidro, entre outros objetos que acabam contribuindo para uma poluição visual (conforme figura 10).

1.3. Desenvolvimento sustentável

Para melhor compreensão sobre as transformações que vem ocorrendo na natureza em virtude da ação desenfreada do homem, tais como a poluição dos rios, desmatamentos, emissão de gases na atmosfera, define como desenvolvimento sustentável o processo de desenvolvimento econômico em que se procura preservar o meio ambiente levando em consideração os interesses das gerações futuras, isto é, promovendo o desenvolvimento sem deteriorar ou prejudicar a base de recursos que lhe dá sustentação.

O termo desenvolvimento sustentável fora amplamente divulgado na década de 80 a partir do alerta feito por um grupo de cientistas (Clube de Roma, 1972) que estudou as causas de

catástrofes ambientais causadas pela poluição e os efeitos da continuidade do desenvolvimento das sociedades nesse modelo, cujo ritmo predatório coloca em risco a sobrevivência no planeta para as gerações futuras, foi elaborado o Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”.

Sua consolidação foi marcante com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a Rio- 92, onde nesse encontro ficou estabelecido as bases para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global, onde ficaram decididos os direitos e as obrigações individuais e coletivas, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento.

Todavia, observa-se que os acordos firmados na Rio-92 não foram colocados em prática, sobretudo porque as grandes nações desenvolvidas, principalmente os EUA, não assinaram o Protocolo de Kyoto que tinha como propósito a redução de CO² na atmosfera.

Infelizmente o interesse econômico falou mais alto do que os direitos humanos e a preservação ambiental.

Faz-se necessário que se tenha uma maior consciência global e não apenas individual, porque esse problema só será resolvido em conjunto. Neste sentido ocorre a necessidade de implementação dos indicadores de sustentabilidade, tais como: os resíduos sólidos que são uns dos maiores dilemas ambientais urbanos, isto ocorre em virtude do crescente aumento da população, crescimento econômico, industrial e a mudança de hábito por parte da população. Com o crescente aumento do lixo, tornou-se difícil dar um destino final ao mesmo.

“Um autêntico modelo de desenvolvimento sustentável deve apresentar uma perspectiva de desenvolvimento além do crescimento econômico, reconhecer as múltiplas tradições culturais e crenças, transcender o consumismo e fornecer uma estrutura de estilo de vida mais desejável, enfatizar reformas estruturais para equidade interna e global e delinear efetivos planos legais e institucionais para a manutenção ambiental.” (CAMARGO, apud HAQUE, 2000, p. 73).

Por conseguinte, em visita “in loco” podemos observar os resíduos sólidos serem jogados em terrenos baldios, logradouros e rios. Com o propósito de atenuar o volume de resíduos sólidos foram implantados programas de coleta seletiva, onde o lixo é separado (orgânicos e inorgânicos) para que ocorra a reciclagem e venham gerar renda às famílias mais carentes.

Temos também a poluição existente nos centros urbanos, onde a sociedade é vítima de um ar totalmente contaminado em virtude da emissão de gases poluentes que são lançados na atmosfera através das fábricas, indústrias e veículos automotores. Faz-se necessário a redução dessa emissão, segundo a utilização de energias renováveis que são menos poluentes como a solar e a eólica, etc.

Outro elemento que também atinge a população mundial refere-se à saúde, principalmente a mortalidade infantil, que recai sobre a camada mais carente da população. Sobretudo, porque o saneamento básico não atende as necessidades da população, onde é comum encontrarmos dejetos lançados nos esgotos a céu aberto, água contaminada, grande volume de lixo jogado em lugares inadequados (rios, terrenos baldios, logradouros, etc.) contribuindo de forma decisiva para a proliferação de doenças.

“É possível enunciar a existência de duas grandes tendências no campo do desenvolvimento sustentável. A primeira volta-se para a proposição de soluções que se coadunem com a necessidade de preservação da biodiversidade, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento local e diminuição das desigualdades sociais, por meio de novas tecnologias, políticas compensatórias, tratados internacionais de cooperação e de compromissos multilaterais, estímulo ao ecoturismo, certificação verde de mercado alternativo, entre outros. A segunda volta-se para finalidades semelhantes, mas por intermédios da inclusão social, da participação na tomada de decisões e da promoção de mudanças culturais nos padrões de felicidade e desenvolvimento” (SORRENTINO, 2002, p.19).

2. HISTÓRICO DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL

O processo de urbanização do Brasil intensificou-se a partir da década de 1950, em virtude do processo de industrialização, onde em 1940, apenas 31% dos brasileiros viviam em cidades, contra 69% residente no campo. Todavia, em 1980, 67% dos brasileiros estavam vivendo em cidades, contra 32,5% residentes no campo. Na década de 1990, percentual de população urbana no Brasil elevou-se para 77%, aproximando-se dos percentuais apresentados nos países desenvolvidos.

O censo de 1980 confirmou a tendência da população brasileira de se encontrar principalmente nos grandes centros urbanos, mas é importante lembrar que as pessoas que migraram para esses centros urbanos, nem todos conseguiram atingir os seus objetivos, que era melhorar de vida.

“Atualmente uma das características da urbanização é a formação de grandes aglomerações, em que destacam a heterogeneidade e a fragmentação.”
(FRANÇA, apud SVECENKO 1999,p.32).

Contudo, essa dificuldade estava atrelada ao baixo nível de escolaridade dessas pessoas, que acabavam por falta de opção residindo em favelas ou debaixo de pontes e muitas vezes tornaram-se marginais por ingressar no mundo do crime. A partir desse momento já se poderia prever o que as grandes cidades iriam oferecer para as pessoas.

Por outro lado, embora se trate de fenômeno recente, já é possível detectar uma nova tendência da população em abandonar as grandes cidades em troca das cidades de porte médio, isto é fruto dos contrastes sociais que essas cidades apresentam por ter ocorrido um crescimento desorganizado, sem nenhum planejamento prévio. Como exemplo, temos o deslocamento de

pessoas da grande São Paulo em direção as cidades do próprio estado que conseguem oferecer uma condição de vida melhor.

Na verdade o que ocorreu foi uma verdadeira explosão urbana, em virtude do grande deslocamento de pessoas que saíram do campo em direção às grandes cidades em busca de melhores condições de vida, acarretando conseqüências gravíssimas para a população residentes nas cidades. Todavia, é inevitável não afirmar que o crescimento rápido e desordenado das cidades provocou a degradação das condições de vida da população.

“O processo de ocupação extensiva e desordenada do espaço urbano nas grandes cidades dá origem às periferias “desurbanizadas”, sem a infra-estrutura necessária e formadas a partir das práticas de ocupação do espaço conhecidas pela modalidade habitacional auto construção, casa própria/ loteamento periférico.” (JACOBI, 1996, p.20).

Um agravante dessa realidade é a forte especulação imobiliária, que expulsa a população de baixa renda das melhores áreas e, portanto, mais valorizada. Tais fatores têm levado, quase invariavelmente, ao surgimento de cidades inchadas, onde encontramos favelas e cortiços como única opção de moradia para milhares de pessoas. Além da moradia, a saúde e a educação também são precárias nas cidades brasileiras (TAMDJIAN e MENDES, 2004, p.168).

A pequena disponibilidade de escolas e hospitais localizados em áreas mais afastadas do centro soma-se a evasão escolar, em que muitas vezes, as crianças preferem trabalhar para poder adquirir uma renda e conseqüentemente ajudar a própria família, ao invés de sentar em um banco de escola sem ter nenhuma perspectiva do futuro.

Cumprе salientar que essas mazelas devem-se basicamente, ao fato de que, ao longo da história do país, faltou uma política nacional totalmente voltada para atender aos reais anseios das classes mais necessitadas do país; tais como educação e saneamento básico.

2.1. Histórico da política urbana de Aracaju

Muito embora a grande maioria da população sergipana continuasse vivendo na zona rural nas primeiras décadas do século XX, alguns núcleos urbanos começaram a atrair habitantes que migravam do campo fugindo da crise que assolava a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que se buscavam nas cidades melhores condições de vida.

Neste sentido, Aracaju se apresentava como a cidade com maiores atrativos a ponto de atrair milhares de pessoas de outras regiões do estado, porque além do comércio, das fábricas de tecidos locais e do emprego no serviço público, tinha o apelo de ser a Capital do Estado.

Essa busca incessante por Aracaju era explicada porque os agricultores migravam do campo e das pequenas cidades interioranas em virtude dos problemas existentes na agricultura, assim como também era visível o deslocamento dos filhos dos latifundiários em direção a cidade, em busca de um ensino de qualidade e conseqüentemente desfrutar das atrações que a cidade oferecia.

Como resultado dessa migração observou-se um acentuado crescimento populacional da cidade, sendo necessário uma ação mais efetiva do governo no que diz respeito à infra-estrutura, transporte, educação, moradia, etc. No entanto, é a partir desse momento que a cidade de Aracaju começou a ser dotada de água encanada, luz elétrica, esgotos, ruas calçadas e construções luxuosas, os chamados “palacetes”.

“Um instrumento de controle político, capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes, bem como... fornecer as bases para a expansão do capital até o mais alto grau possível dentro das condições historicamente reinantes.” (FRANÇA apud SCHIMIDT, 1999, p. 43).

Todavia, o desenvolvimento da cidade de Aracaju, pôde ser visto a partir do momento em que as primeiras casas de cinemas, o bonde puxado por animais, circulação de automóveis em suas ruas, o aparecimento dos primeiros bairros passaram a existir revelando o desenvolvimento da cidade e posteriormente a sua modernização.

Atrelado ao crescimento urbano, verificava-se o aparecimento de uma camada média, composta fundamentalmente por médicos, bacharéis, professores, funcionários públicos, comerciantes, etc. Situada numa posição social intermediária entre proprietários rurais, industriais, comerciantes mais prósperos, operários e lavradores, as pessoas que compunham a crescente classe média.

Como Aracaju foi à cidade que mais absorveu pessoas, principalmente das cidades menos desenvolvidas e até mesmo de outros estados do Brasil, sua população chegou aos 402.000 habitantes no ano de 1991, mais de um terço da população de todo o estado de Sergipe que naquele ano atingiu 1.002.877 habitantes, para 488.999 habitantes na zona rural. É interessante destacar, também, que é crescente a participação de Aracaju no conjunto da população estadual, passando de 10,8% em 1940, para 27% em 1991, o que corresponde a 40,1% da população urbana (SANTOS e OLIVA, 1998, P.84).

Sabe-se que, hoje vem ocorrendo uma intensa migração de pessoas de baixa renda procedentes do interior de Sergipe e de outros estados, para Aracaju, sobretudo de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Essa migração tem sido em parte, induzida pela busca de emprego e uma política habitacional desenvolvida pelo governo, onde o propósito inicial é a construção de moradias para as pessoas que ganham salário mínimo e mais recentemente o governo municipal juntamente com o governo federal, através da CEF (Caixa Econômica Federal) criaram o PAR (Programa de Arrendamento Residencial), onde o morador paga o imóvel durante 15 anos para ser considerado proprietário do mesmo.

Outro fator interessante fora o crescimento do número de pessoas dos municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, não sendo atribuído ao estímulo interno, mas reflexo da expansão da cidade de Aracaju em direção ao Oeste. Através da construção de conjuntos habitacionais a cidade atingiu aqueles municípios que compõem, junto com a Barra dos Coqueiros, a área metropolitana da Capital dando origem assim ao espaço denominado “Grande Aracaju”.

A exemplo das demais cidades brasileiras, Aracaju, mesmo sendo uma cidade planejada, cresceu de forma rápida e, sobretudo, desorganizada em virtude do deslocamento de pessoas, que nos últimos anos deixaram a zona rural ou as pequenas cidades em busca de melhores condições de vida. Conseqüentemente tem havido em Aracaju, grandes dilemas de infra-estrutura, como por exemplo, habitação, escola, assistência médica e problemas sociais, sobretudo pela falta de emprego. (SANTOS & OLIVA, 1998).

Não só Aracaju, assim como grande parte do estado de Sergipe, não possui saneamento básico. Todavia, o governo do estado vem desenvolvendo projeto de expansão com o propósito de levar água para as comunidades mais carente. A água disponibilizada para algumas cidades sergipanas, assim como para vários povoados é feito, através de água encanada cujo abastecimento é realizado por poços artesianos ou das redes de adutoras que captam água dos rios, principalmente o São Francisco.

As cidades que não possui abastecimento de água serão supridas por caminhões pipas da Defesa Civil. Mesmo assim, com todos os contrastes existentes, Aracaju é a cidade que conta com melhor serviço de saneamento básico do estado de Sergipe comparada com as demais cidades. O governo do estado implantou em Aracaju através do “Projeto Capital”, uma nova rede de esgoto, dotando a maioria dos bairros deste serviço, como também melhorou o sistema de canalização e de tratamento do esgotamento sanitário. (SANTOS e ANDRADE, 1998).

Para melhor compreensão que a falta de saneamento básico e a influência que a poluição causa na população, define-se impacto ambiental como sendo qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

O meio ambiente é o conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos necessários à sobrevivência de cada espécie. Cerca de 2 a 3 milhões de anos prevaleceu uma situação de equilíbrio na relação homem-natureza, todavia, a partir da Revolução Industrial, o homem começou a afetar o meio ambiente de forma significativa.

Assim, a cidade deve ser vista dentro de uma:

“Análise que privilegie o complexo de relações entre indivíduos, grupos e classes sociais sob uma perspectiva espacial, em diferentes níveis, escalas e setores, sem desmerecer o papel do Estado e do capital, pelo contrário, reincorporando-os, sob novas formas, à ótica da dinâmica sócio-espacial.” (FRANÇA apud SILVA, 1999, p. 25).

2.2. Impactos ambientais no bairro industrial

No município de Aracaju nos deparamos com um processo de urbanização desordenada e acelerada numa área hoje conhecida como bairro Industrial (conforme figura 11). Antes do aparecimento das fábricas, existiam vários sítios com grandes plantações de árvores frutíferas, onde poderia ser encontrada a maçaranduba, árvore que deu nome a antiga denominação ao local. No entanto, tornou-se visível as transformações que ocorrera no local em virtude das fábricas que iam surgindo e conseqüentemente a construção de moradias por parte dos operários ali existentes (conforme figura 12).

Para que ocorresse a construção das fábricas e moradias, se fez necessário o desmatamento da área e posteriormente o desaparecimento da fauna. Para que isso viesse a ocorrer supõe-se que faltou o acompanhamento dos órgãos competentes, através de técnicas adequadas, identificando as ocorrências e sugerindo medidas próprias, no sentido de fazer face às alterações ecológicas, assessorar órgãos e entidades incumbidos da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais.

A comunidade do bairro Industrial possivelmente vem sofrendo sérios problemas de respiração, em virtude do elevado índice de poluição, provavelmente das fábricas, onde as mesmas devem obedecer às normas previstas em lei para que o seu funcionamento ocorra de forma a não prejudicar a comunidade em questão.

Nesse sentido, observa-se que não existiu nenhum planejamento e estudo de impacto ambiental por parte das empresas que se instalaram naquele local, visto que é comum a presença de dejetos químicos que provavelmente são lançados pelas fábricas e comunidade diretamente no rio Sergipe, prejudicando a vida dos próprios moradores que estão diretamente em contato com o rio e acabam adquirindo doenças e, por conseguinte, diminuição da quantidade de peixe, que na maioria das vezes serve de sustento e principalmente como fonte de renda para a comunidade.

Infelizmente não podemos isentar a comunidade da sua participação como degradadora do próprio meio, onde a mesma contribui para o acúmulo de sujeira que na maioria das vezes recebem um destino totalmente fora da realidade, ou seja, terrenos baldios, nas ruas e até mesmo nos rios. Com o propósito inicial de atenuar esses dilemas, faz-se necessário à implantação de programas de coleta seletiva, onde o lixo deve ser separado para que ocorra a coleta, à reciclagem e posteriormente a geração de renda para a comunidade em questão.

Faz-se necessário que se tenha uma maior consciência global e não apenas individual, porque os problemas só poderão ser resolvidos em conjunto. Neste caso ocorre à necessidade de

implementação dos indicadores de sustentabilidade para que possamos ter um futuro melhor e posteriormente se tenha um mundo mais sustentável.

Portanto, esse estudo justifica-se pela preocupação de um planejamento urbano sério que considere não só fatores econômicos e sociais, mas também a preservação e o respeito ao Meio Ambiente, visando, sobretudo desenvolver sem degradar.

3. HISTÓRICO POLÍTICO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE SERGIPE

Cabe salientar alguns órgãos responsáveis pela questão ambiental no estado de Sergipe:

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente é a instituição responsável no Estado de Sergipe pela promoção da preservação do meio ambiente, da fauna, da flora e do uso racional dos recursos hídricos, assim como da proteção dos ecossistemas naturais. Foi criada através da Lei estadual nº. 2.181 de 12 de outubro de 1978, sob a forma de Autarquia e vinculada à Secretaria da Saúde Pública.

Cumprir lembrar que as ações da ADEMA são regidas pela legislação Federal, gozando de autonomia administrativa patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público. Nesse caso, compete a ADEMA acompanhar as transformações do Meio Ambiente, através de técnicas adequadas, identificando as ocorrências e sugerindo medidas próprias, no sentido de fazer face às alterações ecológicas, assessorar Órgãos e Entidades incumbidos da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais; promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente, em especial, dos recursos hídricos, a fim de assegurar o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento

econômico-social; cooperar com os Órgãos especializados na preservação de espécies de animais e vegetais ameaçados de extinção e na manutenção de estoque de material genético.

Na Subseção IV, Art. 38, A Divisão de Administração dos Recursos Hídricos é o órgão de orientação, coordenação e controle das atividades pertinentes à melhoria, preservação e conservação dos recursos hídricos.

Art.39- Competindo ao mesmo:

I - promover o levantamento, controle e fiscalização das fontes poluidoras, rios lagos, e represas, dando ênfase a atividades de identificação das fontes de poluição das águas no estado de classificação de seus cursos de água;

II - realizar estudos objetivando a determinação das características químicas, físicas e bacteriológicas dos rios e bacias hidrográficas do Estado de Sergipe;

III - realizar estudos e pesquisas com o objetivo de solucionar e /ou controlar os problemas decorrentes dos lançamentos de esgotos domésticos e resíduos industriais;

IV – fixar os parâmetros admissíveis e as condições de lançamento de efluentes;

V - examinar e solicitar a fiscalização dos lançamentos de efluentes líquidos efetuados pelas pessoas físicas ou jurídicas;

VI - inspecionar estabelecimentos, instalações ou sistemas que lancem resíduos de qualquer natureza, nos corpos receptores;

VII – identificar e quantificar as cargas poluidoras, em diversas fontes originados pelo lançamento de resíduos nos corpos receptores, para avaliação de carga final e da capacidade de auto depuração dos corpos receptores.

No que diz respeito à Coordenadoria de Controle de Poluição, esse órgão será dirigido por servidor ocupante de cargo de nível universitário, de livre designação do Secretário Executivo, que fará jus à gratificação correspondente.

Parágrafo único – O coordenador de Controle de Poluição será substituído, em suas faltas e impedimentos, por servidor lotado em qualquer dos órgãos da ADEMA, de livre designação do Secretário Executivo.

Art. 42 – A Coordenadoria de Controle de Poluição compreende.

I – Gabinete do Coordenador;

II - Divisão de Cadastro e Fiscalização;

III – Divisão de Licenciamento.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

SANTOS, Adelci Figueiredo e ANDRADE, José Augusto. *Nova Geografia de Sergipe*. Secretaria de Estado da Educação e do desporto e Lazer; Universidade Federal de Sergipe, 1998.

SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Terezinha Alves. *Para conhecer a história de Sergipe*. Aracaju - Opção gráfica, 1998.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: Estado e Metropolização*: São Cristóvão, Se – Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, 1999.

CAMARGO, Ana Luiza do Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios*. Campinas. São Paulo: Papirus, 2003.

SORRENTINO, M. “*Crise ambiental e educação*”. (texto monográfico elaborado para ser debatido no curso de introdução à educação ambiental no processo de gestão ambiental), 1999.

TAMDJIAN, James Onnig e MENDES, Ivan Larrari. *Geografia Geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço*: ensino médio. São Paulo: FTD, 2004- (coleção delta).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SERGIPE, Governo do Estado de Sergipe. *Administração Estadual do Meio Ambiente*, 1987.

APÊNDICE



Figura 01 Sergipe Industrial

Fonte: Tatiana Amado



Figura 02 Vila dos Operários

Fonte: Tatiana Amado



Figura 03 Moinho Sergipe

Fonte: Jorge Tavares



Figura 04 Orla do Bairro Industrial

Fonte: Tatiana Amado



Figura 05 Orlinha do Bairro Industrial

Fonte: Jorge Tavares



Figura 06 Poluição no Rio Sergipe

Fonte: Alex Alves



Figura 07 Entulho no Rio Sergipe

Fonte: Tatiana Amado



Figura 08 Lixo no Rio Sergipe

Fonte: Jorge Tavares



Figura 09 Pescador

Fonte: Alex Alves

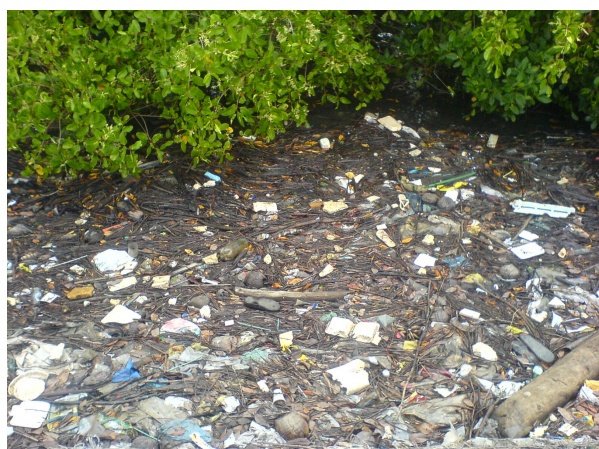


Figura 10 Poluição Visual

Fonte: Tatiana Amado



Figura 11 Rua São João

Fonte: Tatiana Amado



Figura 12 Parque da Cidade

Fonte: Jorge Tavares